

Gênero, Sexualidade e Interseccionalidade nos currículos dos cursos de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná: um estudo introdutório

Luana Mayer Karolus

André de Souza Santos

Resumo

Objetivou-se analisar a existência das temáticas de gênero, sexualidade e interseccionalidade nos currículos dos cursos de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná (IFPR). De forma específica, conceituou-se gênero, sexualidade, interseccionalidade e currículo, no intuito de apresentar ao leitor as significações apropriadas para a pesquisa; examinou-se os dados obtidos nos sítios dos IFPR, exclusivamente nas ementas dos cursos de Pedagogia; indicou-se as possíveis motivações da ausência das temáticas e os potenciais caminhos para a qualificação da formação docente em gênero e sexualidade. As metas estabelecidas procuraram responder a seguinte questão: as licenciaturas de pedagogia dos IFPR priorizam as tematizações de gênero, de sexualidade e de interseccionalidade em suas ementas? Para isso, consultou-se as ementas disponíveis das cinco graduações atualmente existentes entre as vinte e oito instituições paranaenses, o que definiu a pesquisa como documental de caráter qualitativo. Ao final do estudo, constatou-se a insuficiente abordagem nas instituições, apontou-se como principais motivos a deficiência na formação inicial, o discurso anticientífico direcionado as áreas de gênero, sexualidade e interseccionalidade, e os tabus que os profissionais sustentam. Sugeriu-se, por fim, a inserção de componentes curriculares nos cursos de Pedagogia, entre os eixos de educação em sexualidade e gênero, além da abordagem transversal da interseccionalidade em todas as disciplinas. Outro caminho validado é a formação complementar e continuada, a ser promovida, especialmente, pelos NUGEDIS e NEABIs, que tem obrigatoriamente o papel de qualificar a formação estudantil e contribuir com a extensão universitária.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Interseccionalidade; Currículo; Formação de Professores.

Abstract

This article aims to analyze the presence of the themes of gender, sexuality, and intersectionality in the curricula of the Pedagogy programs offered by the Federal Institute of Paraná, Brazil (IFPR). Specifically, we conceptualize the terms *gender*, *sexuality*, *intersectionality*, and *curriculum* in order to present readers with the theoretical concepts that guide this study. Accordingly, we examined data obtained from the IFPR, focusing exclusively on the course syllabi of the Pedagogy programs. We identify possible reasons for the absence of these themes and propose potential pathways for improving teacher education in the areas of gender and sexuality. The research sought to answer the following question: do the IFPR Pedagogy undergraduate programs prioritize the discussion of gender, sexuality, and intersectionality in their syllabi? To this end, we analyzed the syllabi available from the five existing programs among the twenty-eight institutions in Paraná. For this reason, the study is a qualitative documentary research. The findings reveal that these themes are insufficiently addressed within the institutions. We identify as the main contributing factors the shortcomings in initial teacher education, the prevalence of anti-scientific discourse concerning gender,

sexuality and the persistence of professional taboos. Finally, we suggest the inclusion of curricular components within Pedagogy programs that focus on sexuality education and gender, as well as the transversal integration of intersectionality across all subjects. Another recommended approach involves complementary and continuing education in order to be promoted especially by the NUGEDIS and NEABIs, which are responsible for enhancing student education and contributing to university outreach activities.

Keywords: Gender; Sexuality; Intersectionality; Curriculum; Teacher Training.

Introdução

A história do gênero e da sexualidade, até os nossos dias, é a história do silenciamento. Pessoas, grupos, comunidades, gerações inteiras são submetidas ao juízo do opressor, dissimulado na religião, na política, na economia e em quaisquer espaços de representatividade, de atuação, em que o homem caucasiano e hétero é tomado como paradigma de responsabilidade, liderança e competência.

Não é sem fundamento que Judith Butler (2024)¹ indaga: “Quem tem medo do gênero?”, denunciando em sua recente obra a presença de movimentos deliberadamente discricionários no Brasil e no mundo, que agem para a manutenção de um *status quo* radicalmente heteronormativo, misógino e falocêntrico, calando qualquer iniciativa que tenha como objetivo a emergência do diverso.

Além da ridicularização das pautas identitárias por meio dos conhecidos jargões, ditados, imagens e memes, outra forma menos perversa, mas altamente efetiva para suprimir a diversidade é o ocultamento. Nesse caso, se a matéria não puder ser evidenciada, seja qual for motivo, é melhor que desapareça. Antes pecar pela omissão que revelar a arbitrariedade.

Presume-se que um dos âmbitos de abertura ao diálogo e combate a qualquer tipo de discriminação é o da formação de professores. É evidentemente impossível se formar para a prática social docente sem levar em conta a multiplicidade de origens,

¹ A produção desse livro se deu no contexto da violência em que Judith Butler e sua companheira Wendy Brown foram acometidas em 2017, no Brasil, ocasião em que Butler foi hostilizada por grupos denominados “antigênero”.

valores, orientações, escolhas, culturas, as quais o profissional se relacionará no exercício do magistério ao longo de décadas.

Os cursos de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná (IFPR), ao serem conduzidos por uma perspectiva materialista, valorizam as lutas de classes e qualquer tipo de batalha que vise a superação das opressões que compõem os estratos sociais. Conforme o PPC de Pedagogia de Pitanga (IFPR, 2022):

[...] a educação não é a principal força ideológica que estrutura o sistema vigente, mas é capaz de apontar caminhos radicais de emancipação humana. Neste caso, o papel da educação é apontar alternativas positivas e abrangentes para que haja a ruptura da lógica inumana do capitalismo. Considerando que nesse sistema, os que não têm condições de produzir são colocados à margem da sociedade em alto grau de desumanização que é produzida neste processo, pois o mesmo modo de produção econômica que prega a igualdade de direitos tem revelado ao longo da história ser incapaz de promover a igualdade (IFPR, 2025, p. 25).

A lógica capitalista, por sua vez, atravessa todos os espaços, políticas, culturas, desenvolvendo-se, prioritariamente, como supressão de direitos básicos e cristalização de preconceitos. A educação, enquanto campo de resistência, deve trabalhar na direção contrária. Questionou-se, em razão disso: as licenciaturas de pedagogia dos IFPR priorizam as tematizações de gênero, de sexualidade e de interseccionalidade em suas ementas?

O objetivo geral do presente estudo foi analisar a existência das temáticas de gênero, sexualidade e interseccionalidade nos currículos dos cursos de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná (IFPR), considerando que essas formações obrigatoriamente devem abordar as discussões de gênero, diversidade sexual e interseccionalidades, como preconiza os recentemente criados Núcleos de Gênero, Diversidade Sexual e Interseccionalidades (NUGEDIS) e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).

De forma específica, conceituou-se gênero, sexualidade, interseccionalidade e currículo, com o intuito de informar ao leitor as significações apropriadas para a pesquisa; examinou-se os dados obtidos nos sítios dos IFPR, exclusivamente, nas ementas dos cursos de Pedagogia; indicou-se as possíveis motivações da ausência

das temáticas e os potenciais caminhos para a qualificação da formação docente em gênero e sexualidade.

A obtenção dos dados ocorreu mediante a investigação das ementas dos cursos de Pedagogia, utilizando-se como orientação as palavras-chave gênero, sexualidade e interseccionalidade, que indicam, hipoteticamente, o aproveitamento das temáticas. A partir da captação, procurou-se entender se esses temas realmente faziam parte do processo educativo ou apenas figuravam infertilmente nos componentes.

Essa pesquisa documental de caráter qualitativo utilizou como fonte os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) das licenciaturas em Pedagogia do IFPR, que estão disponíveis ao acesso público no site do IFPR, delimitando a análise aos cinco currículos existentes. Sobre o modelo escolhido, Gil (2002) argumenta que

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes: Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, 2002, p. 45).

A interpretação das informações, qualitativamente, implica em uma associação coerente entre o referencial teórico e o conteúdo coletado, como esclarecem Lakatos e Marconi (2009, p. 271): “Na pesquisa qualitativa, primeiramente faz-se a coleta dos dados a fim de poder elaborar a ‘teoria base’, ou seja, o conjunto de conceitos, princípios e significados. O esquema conceitual pode ser uma teoria elaborada, com um ou mais constructos”.

Qualquer pesquisa que trate de fontes pouco ou nunca utilizadas com a finalidade proposta necessita de um constructo teórico conceitual anteriormente estudado e elaborado, tal qual o realizado no presente texto, em conjunto com a coleta, o que torna a produção harmônica e coerente. Por isso, confirmam Lüdke e André (1986, p. 18) que, o estudo qualitativo se “desenvolve numa situação natural; é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”.

Organizou-se o artigo em ordem igual a distribuição dos objetivos específicos anteriormente enumerados. Buscou-se, por último, contribuir com a carência de trabalhos que tenham como ênfase o gênero, a sexualidade e a interseccionalidade nos IFPR, afinal, a característica predominantemente técnica da instituição pode levar ao equívoco de se imaginar um espaço que ignore a formação humana em sua integralidade, que deve sempre ter como horizonte a humanização e a emancipação.

Conceitos Sobre Gênero, Sexualidade, Interseccionalidade e Currículo

A corrente seção evidencia os conceitos fundamentais a compreensão da pesquisa, tendo em conta que o conjunto de significações inerentes a cada um deles expressa necessariamente os motivos de sua recusa ou aceitação no âmbito curricular e nas práticas diretas ou transversalizadas. O indicativo conceitual é, sobretudo, uma manifestação de princípios.

Com o avanço dos estudos na área, certos entendimentos se tornaram lugar comum, todavia, nem todos os que se iniciam nos estudos de sexualidade e gênero reconhecem preliminarmente as categorizações mais utilizadas. Por esse motivo, recorre-se a Nunes e Silva (2006) para elucidar a perspectiva introdutória das temáticas, diferenciando sexo de sexualidade. Para os autores:

É possível entender sexo como a marca biológica, a caracterização genital e natural, constituída a partir da aquisição evolutiva da espécie humana como animal. Já a sexualidade é um conceito cultural, constituído pela qualidade, pela significação do sexo. Nesta definição, somente a espécie humana ostentaria uma sexualidade, uma qualidade cultural e significativa do sexo. [...] falar em dimensão instintiva ou reduzir a esfera da sexualidade humana a uma mera dimensão animal, natural ou reprodutiva é precisamente tirar dela sua dimensão mais cara e significativa, até mesmo sua espiritualidade (Nunes; Silva, 2006, p. 74).

A qualidade a que se referem os intelectuais é o indício da singularidade humana em relação a qualquer outra espécie e que, por isso, tem o potencial de se desenvolver em todas as suas dimensões. O ser humano, dotado de consciência

sobre si, sobre o outro e sobre o mundo, é capaz de produzir, reproduzir, criar e destruir, agindo de acordo com seus preceitos, convicções e crenças.

As distinções identificadas na produção de nossa espécie cooperam para a revelação de uma incomparável diversidade, desde os formatos corporais as orientações sexuais, desde a perspectiva de gênero e as relações afetivo-sexuais, desde a origem étnica ao estabelecimento dos grupos sociais, demonstrando a determinação das estruturas interseccionais na condição existencial de cada sujeito.

A interseccionalidade, analiticamente, procura desvendar a interação entre as múltiplas identidades sociais e os sistemas de coerção que as compõem, permitindo uma visualização ampla e inclusiva de problemas singulares e coletivos. Para Collins e Bilge (2021):

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2021, p. 15-16).

Ratifica-se, em função disso, que qualquer tipo de estratificação disposta em determinada sociedade não se faz simplesmente por apenas uma circunstância, evento ou disposição individual, mas, por toda uma rede que detém marcadores precisos para a produção de estratos cada vez maiores e com mais capacidade de exclusão. Explicam Collins e Bilge (2021) que

[...] as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (Collins; Bilge, 2021, p. 16).

Dentre as possibilidades de estudos interseccionais estão a sexualidade e, mais atualmente, como sua principal ramificação, o gênero, conceito deturpado e adulterado pela linguagem conservadora, que o categoriza como uma representação de erotização precoce, estímulo a iniciação da genitalidade na infância,

encorajamento a mutilação corporal, dentre outros delírios figurados na infame “ideologia de gênero”².

A obra citada nessa introdução confidência, taxativamente, que o “medo do gênero” não é de forma alguma preocupação com “os rumos da sociedade”, mas, angústia com um possível horizonte de igualdade, equidade e massificação da presença e da autorrealização de pessoas distintas do *deus ex machina*³, o sujeito homem “capaz de resolver qualquer problema” e ser merecidamente o centro das atenções.

As menções populares sobre o ser homem ou o ser mulher, da masculinidade ou da feminilidade padrão, arraigam a maioria das hostilidades que apresentam o estudo do gênero como uma “coisa de mulher” ou de “gay”, cenário que paulatinamente vem se modificando. A emergência do gênero, aliás, engendra uma análise abrangente e complexa que deixou de se satisfazer com

[...] uma história, uma psicologia ou uma literatura das mulheres, sobre as mulheres, e passava a analisar-se a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, por meio das relações sociais de poder (Louro, 2000, p. 14).

² Esclarece Butler (2024, p. 43), que “A ideia de uma perigosa ideologia de gênero surgiu na década de 1990, quando o Pontifício Conselho para a Família alertou que o ‘gênero’ era uma ameaça à família e à autoridade bíblica. Pode-se traçar as origens da ideia através dos documentos desse Conselho para a Família, mas, desde então, ela tem percorrido caminhos que acompanham o poder político do Vaticano, bem como sua aliança recentemente formada com a igreja evangélica na América Latina. Fica claro que a postura do Vaticano intensifica o poder fantasmático do ‘gênero’ no cenário político global, o que ressalta o poder do termo no discurso político contemporâneo.

Para algumas pessoas cristãs, a lei natural e a vontade divina são a mesma coisa: Deus fez os sexos de forma binária, e não é prerrogativa dos humanos refazê-los fora desses termos. Obviamente, algumas estudiosas feministas da religião contestam isso, sugerindo que a Bíblia tem pontos de vista conflitantes sobre esse tópico. Não obstante, essa ciência mais antiga mantém a proposição de que as diferenças sexuais são estabelecidas na lei natural; ou seja, que o conteúdo dessa lei é estabelecido pela natureza e, portanto, presumivelmente, tem validade universal. Dado que a natureza é aí entendida como criada por Deus, desafiar a lei natural é desafiar a vontade de Deus. O que se segue desse conjunto de crenças é que, se uma pessoa tem uma vontade ou age intencionalmente, ela não só desafia Deus e a ordem natural que Ele criou mas também ameaça se apossar de Sua vontade”.

³ De acordo com o *Dicionário de Teatro*, de Patrice Pavis (2008, p. 92), “Em certas encenações de tragédias gregas (especialmente EURÍPIDES), recorria-se a uma máquina suspensa por uma grua, a qual trazia para o palco um deus capaz de resolver, “num passe de mágica”, todos os problemas não resolvidos. Por extensão e figurativamente, o *deus ex machina* representa a intervenção inesperada e providencial de uma personagem ou de alguma força qualquer capaz de desenredar uma situação inextricável”.

Os estereótipos de gênero, as relações, as binariedades, compõem um campo em contínua construção, que tanto mais se faz quanto mais se apropria da diversidade sexual encontrada na sociedade, nas instituições e em todos os lugares em que humanos estão. A “diferença”, nesse caso, é fator decisivo para a qualificação dos saberes e olhares.

O que pensa, entretanto, o senso comum sobre o gênero? Quais são as “suspeitas” e “acusações” as quais o gênero se submete? Butler (2024) elenca os posicionamentos mais conhecidos:

[...] Algumas pessoas suspeitam que “gênero” é uma maneira de discutir a condição de desigualdade das mulheres ou supõem que a palavra é um sinônimo de “mulheres”. Outras pensam se tratar de uma maneira disfarçada de se referir a “homossexualidade”. Outras, ainda, presumem que “gênero” é mais uma forma de dizer “sexo”, embora algumas feministas tenham feito a distinção entre as duas coisas, associando o “sexo” à biologia ou à atribuição legal no momento do nascimento e o “gênero” às formas socioculturais do *tornar-se* (Butler, 2024, p. 10 [itálico da autora]).

As pesquisas de Louro (2000), entre outros intelectuais, compreendem o gênero como uma elaboração social praticada sobre as distinções sexuais. Em outras palavras, “Género refere-se, portanto, ao modo como as chamadas ‘diferenças sexuais’ são representadas ou valorizadas, refere-se àquilo que se diz ou se pensa sobre tais diferenças, no âmbito de uma dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto” (Louro, 2000, p. 26). Mais que isso, o prisma de Louro (2000) privilegia

[...] o conceito de género não ligado ao desempenho de papéis masculinos ou femininos, mas sim ligado à produção de identidades – múltiplas e plurais – de mulheres e homens no interior de relações e práticas sociais (portanto, no interior de relações de poder). Estas relações e práticas não apenas constituem e instituem os sujeitos (esses vários *tipos* de homens e mulheres), mas também produzem as formas como as instituições sociais são organizadas e percebidas. Neste sentido, a escola, como um espaço social que se tornou, ao longo da história, nas sociedades urbanas ocidentais, um *locus* privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres é, ela própria, um espaço *genereficado*, isto é, um espaço atravessado pelas representações de género (Louro, 2000, p. 26 [itálico da autora]).

Com esses entendimentos, investigou-se a presença dos temas sexualidade, gênero e interseccionalidade nas ementas dos cursos de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná (IFPR), verificando o nível de preocupação da instituição com uma formação acolhedora, inclusiva, diversa e multiculturalizada, capaz de agregar as demandas das personagens que dão sentido a subsistência da entidade.

A expressão do ordenamento curricular, tal qual expressa Arroyo (2007), não demonstra simplesmente uma certa preocupação com os saberes a serem ensinados, mas, exibem igualmente uma ideia de estudante que existe e de um graduado a ser produzido, estabelecendo uma suposta coerência de sua entrada e saída com os objetivos do curso.

A desumanização e silenciamento começa, nesse sentido, na própria concepção de aluno, como salienta Arroyo (2007, p. 24): “O ordenamento dos conteúdos por séries, níveis, disciplinas, gradeado e precedente, por lógicas de mérito e sucesso nada mais é do que a tradução curricular dessa lógica do mercado e da visão mercantilizada que nós fazemos dos educandos”.

O ensino superior, nessa sequência, enfatiza quase que exclusivamente a especialização profissional. E poderia ser diferente? Deveria! Afinal, não existem especialistas, graduados, mestres ou doutores, que não sejam, antes de tudo, gente. Sem o acolhimento das subjetividades não se tem formação, mas, uma linha de montagem, que o currículo tem como dever organizar. O que seria, então, o currículo?

O currículo não é um conceito, mas uma construção social. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas (Grundy, 1987, p.5 *apud* Sacristán, 2000, p. 14).

Nenhuma construção social, a exemplo do currículo, pode ignorar a diversidade humana. Se, de alguma forma, as propostas não contemplam todos os grupos que compõem as instituições e não contribuem para o seu avanço, um processo de desconstrução deve ser iniciado, visando a preservação de direitos, de narrativas e de singularidades.

Os dados coletados a seguir, portanto, demonstram legislativamente o nível de preocupação dos cursos de Pedagogia do IFPR e oferecem aos leitores uma

possibilidade de repensar as propostas curriculares como espaços de disputa, de conflitos, de soluções temporárias ou permanentes, colaborando para uma apreensão geral das inquietações institucionais.

Análise dos Dados Obtidos nas Ementas dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia dos IFPR sobre os Temas Gênero, Sexualidade e Interseccionalidade

Essa seção exibe o exame de dados realizado por meio de perquirição documental nos sites dos IFPR, especificamente, nos PPC de Pedagogia, registrando-se o quantitativo dos termos gênero, sexualidade e interseccionalidade, bem como as ementas em que aparecem as temáticas, verificando-se os motivos das suficientes/insuficientes abordagens e os possíveis impactos formativos.

Dentre os vinte e oito campus instalados no Paraná, cinco ofertam licenciatura em Pedagogia. O ementário é de acesso público, não necessitando a submissão da pesquisa para a avaliação do Comitê de Ética do IFPR (CEP), que dispõe na Resolução nº 510, de abril de 2016, que não serão avaliadas: “II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011” (Brasil, 2016).

Nos programas das graduações são expressos os tópicos fundamentais para a sistematização dos conteúdos dos componentes curriculares, contemplando-se, para além dos itens obrigatórios, as referências que orientam o trabalho docente, no formato de livros, dossiês, teses, artigos, dentre outros modelos de socialização de saberes.

O referencial teórico deve ser utilizado pelos professores, mediadores de conhecimentos, como diretriz ao estabelecimento de saberes mínimos, condizentes com a filosofia institucional, com os objetivos caracterizados no PPC, com as expectativas docentes e, sobretudo, com os anseios estudantis, possibilitando apropriações do conhecimento científico.

Certas matérias, no entanto, costumam ser ignoradas pelos tabus que as envolvem e por suas dinâmicas de questionamento sobre posições sociais, estereótipos, discriminações – recreativas, individuais ou estruturais –, e tantos

elementos com compõem o alicerce de qualquer instituição, inclusive, das educacionais.

A formação de futuros pedagogos deve contemplar, em função disso, os temas das áreas de gênero, sexualidade e interseccionalidade, necessários a uma compreensão abrangente e complexa dos fenômenos educativos, de suas personagens e dos sentidos intrinsecamente associados às preferências ou abandonos de determinados objetos.

As aparições dos termos supracitados nas ementas das cidades que disponibilizam a Pedagogia do IFPR foram as seguintes:

Tabela 1 – Número de vezes que as palavras gênero, sexualidade e interseccionalidade foram encontradas nas ementas dos cursos de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná (IFPR).

GÊNERO				
ASTORGA	COLOMBO	CURITIBA	PALMAS	PITANGA
Educação em Direitos Humanos e Diversidade	Educação Escolar Indígena e Quilombola	Psicologia da Educação	Sociologia da Educação	Docência e Diversidade Cultural (2)
	Fundamentos Sociológico da Educação	Corporeidade	Educação e Diversidade (4)	
	Educação em Direitos Humanos e Diversidade (3)	Educação e Diversidade		
		Educação e Direitos Humanos		
SEXUALIDADE				
ASTORGA	COLOMBO	CURITIBA	PALMAS	PITANGA
Educação em Direitos Humanos e Diversidade	Educação em Direitos Humanos e Diversidade	Educação e Diversidade		
INTERSECCIONALIDADE				
ASTORGA	COLOMBO	CURITIBA	PALMAS	PITANGA
Educação em Direitos Humanos e Diversidade				

Fontes: IFPR, 2022 (Palmas); IFPR, 2022 (Pitanga); IFPR, 2023 (Curitiba); IFPR, 2024 (Colombo); IFPR, 2024 (Astorga).

Tabela: os autores.

Determinados aspectos dos dados chamam a atenção: primeiramente, o destaque ao gênero. A categoria foi encontrada em todos os campus,

proeminentemente, nos componentes que contemplam a Educação em Diversidade e a Educação em Direitos Humanos. Disciplinas como Corporeidade, Psicologia da Educação, Sociologia da Educação e Educação Indígena e Quilombola, concorreram igualmente a uma possível abordagem.

Nesse quesito, as propostas curriculares, por conjectura, correspondem aos desígnios da Nota Técnica nº 24/2015, emitida pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação, que expressam a necessidade das questões de gênero na educação. Nessa diretriz, “As dimensões de gênero e orientação sexual no contexto educacional” apontam

que o processo de construção de práticas e representações de gênero e sexualidade ocorre em diferentes espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho e, também, na escola. A escola, historicamente, vem ensinando o que se institui como comportamento de meninos e meninas e organiza um conteúdo curricular com base em conceitos heteronormativos que grande parte das vezes não reconhecem a diversidade de desejos e de relações sexuais e afetivas. As distinções sexistas nas aulas, na chamada, nas filas de meninos e de meninas, nos uniformes, no tratamento e em relação às expectativas sobre alunos ou alunas, a tolerância da violência, verbal e até física entre os meninos, as representações de homens e mulheres nos materiais didáticos, a abordagem quase exclusivamente biológica da sexualidade no livro didático, a estigmatização referente a manifestação da sexualidade das adolescentes, a perseguição sofrida por homossexuais, travestis e transexuais, tudo isso evidencia o quanto a escola (já) ensina, em diferentes momentos e espaços, sobre masculinidade, feminilidade, sexo, afeto, conjugalidade, família (Brasil, 2015, *Online*).

A escola, espaço de realização da carreira docente, é o local em que os saberes sobre gênero e sexualidade definem como o professor entende, acolhe e aceita a diversidade e multiculturalidade presente nas milhares de salas de aula de um país plural como o Brasil. Não basta, em consequência disso, a obtenção de um conhecimento unicamente técnico e/ou procedimental para lecionar. É preciso conhecer gente.

O campus de Curitiba, o primeiro do Paraná, onde mais se encontram ementas com menções ao gênero, evidencia uma proposta curricular inovadora, mediante componentes capazes de, em tese, explorar essas discussões, sobretudo, em Corporeidade. No entanto, a matéria que evidencia referências nessa área é a de

Educação e Diversidade⁴, a única, aliás, em todos os programas de ensino analisados nos cursos dos IF paranaenses a ostentar alguma indicação de leitura.

A carência de recomendações clássicas é uma grave adversidade, afinal, a organização didático-metodológica dos profissionais do ensino se pauta, antes de mais nada, em estudos consolidados e atualizados. É por esse motivo que se tem o currículo, que sistematiza o conhecimento julgado necessário e mínimo para cada carreira no ensino superior.

O segundo aspecto a ser destacado é que apenas nos componentes do curso de Astorga foram encontradas as três categorias privilegiadas nessa pesquisa. O curso de Licenciatura em Pedagogia dessa instituição se iniciou no ano decorrente, o que facilitou, possivelmente, a identificação das ausências e das atuais exigências curriculares. Esse fato expressa a emergência da atualização dos demais PPC, atitude que deve ser constante, conforme os avanços teóricos.

Nos campus de Palmas e Pitanga existe apenas a menção a gênero. No primeiro, em Sociologia da Educação e Educação e Diversidade, no outro, em Docência e Diversidade Cultural. Em ambos, assim como em Astorga e Colombo, não existem bibliografias básicas e nem complementares sobre as temáticas, independentemente das menções.

A sexualidade foi assinalada nos cursos de três campus: Astorga (Educação em Direitos Humanos e Diversidade); Colombo (Educação em Direitos Humanos e Diversidade) e Curitiba (Educação e Diversidade). Em Palmas, o conceito de sexualidade foi mencionado em uma citação direta no corpo do texto do PCC de Palmas⁵, mas excluído dos conteúdos do ementário.

Em Pitanga não há registros da sexualidade e nem da interseccionalidade. Essa última, inclusive, é referida unicamente em Astorga, sobressaindo-se como o maior desafio teórico atual, tanto pela dificuldade de sua compreensão enquanto

⁴ As obras mencionadas são: “Gênero diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas”, organizada por Ivanilda Matias Gentle, Maria de Nazaré Tavares Zenaide e Valéria Maria Gomes Guimarães (2008) e “Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola”, organizada por Nanci Stancki da Luz, Marília Gomes de Carvalho e Lindamir Casagrande (2009).

⁵ A citação, contraditoriamente a ausência da sexualidade nas ementas, argumenta sobre a “Valorização de temas transversais como gênero, raça, violência, sexualidade, pobreza, trabalho, inclusão, entre outros temas nos conteúdos programáticos dos respectivos componentes curriculares” (CONSUP/IFPR, 2018, *Online*).

campo epistemológico, quanto por sua complexa problematização e instrumentalização, que deve considerar a multiplicidade interseccional que deslinda as opressões de todas as naturezas.

Desse modo, se é escassa a curricularização sobre gênero, sexualidade e interseccionalidade, essa fundamentação está ocorrendo significativamente com os futuros professores? Ou se deve inferir que esses três conceitos são abordados como uma espécie de currículo oculto? No espaço em que o conhecimento precisa ser científico, aparentemente, esse debate não está ocorrendo como deveria, sistematizado e crítico.

A formação atual dos pedagogos requer mais do que a apropriação das históricas e habituais teorias, mas, principalmente, de um despertar de consciência, apta a considerar a escola como entidade capaz de superar seu *modus operandi* reprodutivista, oriundo da sociedade capitalista, e a assumir uma postura radicalmente questionadora, insubmissa e transformadora.

A marginalização de pautas e enfoques como as de gênero, sexualidade e interseccionalidade representa mais do que um prejuízo acadêmico, ilustra a desvalorização das particularidades das pessoas que frequentam os cursos superiores e precisam se reconhecer institucionalmente como sujeitos dotados de direitos, valores e representatividade.

Indicações das Possíveis Motivações da Ausência das Temáticas e dos Potenciais Caminhos para a Qualificação da Formação docente em Gênero, Sexualidade e Interseccionalidade

Alguns apontamentos realizados nessa seção não causarão nenhum tipo de espanto ou sentimento de novidade no leitor, porém, deve-se continuamente reafirmá-los na tentativa de erradicar as deficiências formativas dos estudantes de Pedagogia, acima de todas as outras, nos temas de sexualidade, gênero e interseccionalidade, que devem ser tratados com a máxima urgência.

Em primeiro lugar, nota-se a menção ao “gênero” no currículo de todos os campus, todavia, a simples existência do vocábulo não é o mesmo que a garantia da abordagem das temáticas. Mediante a pesquisa constatou-se, por exemplo, que

poucas são as referências que abordam diretamente as discussões de gênero, nos poucos componentes que a sugerem.

Os temas da área da sexualidade, por outro lado, são insuficientemente referendados, revelando a dificuldade dos campus em realizar uma formação emancipadora, capaz de produzir um profissional habilitado a intervir nas inúmeras dimensões da vida das crianças, adolescentes e adultos, que perpassam os sistemas educacionais por décadas.

Os conteúdos identificados como “sexualidade”, nos cursos de Pedagogia, são normalmente reduzidos a disciplina de psicologia, associados a transtornos mentais, traumas e comportamentos agressivos. O apogeu de sua aparição são os estudos das fases do desenvolvimento psicosssexual conforme Freud ou um estereotipado e superficial debate sobre o porquê de as crianças puxarem as calças dos amiguinhos.

A interseccionalidade, por sua vez, é mencionada em apenas um curso, demonstrando que a compreensão das estruturas interseccionais e as suas determinações se encontram distantes das práticas docentes e até de seus entendimentos, fato que delimita suas perspectivas, o reconhecimento de seu público e o alcance de suas ações.

Entre os motivos para as raras iniciativas se inclui, principalmente, a inaptidão dos próprios professores do ensino superior que, em suas formações, independentemente dos estudos em *stricto sensu*, não tiveram contato ou não se aprofundaram nesse tipo de investigação. Esse distanciamento é retratado em toda a sua carreira no magistério, sobretudo, em sua abertura para o trato de pouquíssimos assuntos envolvidos exclusivamente em suas dissertações e teses.

A Educação Sexual requer do educador competências científicas, pedagógicas, embasamento teórico, conhecimento histórico, maturidade afetiva e valores éticos e estéticos, e consideramos que a maior lacuna a ser enfrentada e superada para que possamos realizar projetos e trabalhos de Educação Sexual Escolar, seja a formação inicial, ou seja, a ausência de disciplinas obrigatórias na grade curricular que tratem da construção cultural da sexualidade, além da compreensão biológica, pois desta forma estaríamos garantindo um espaço de formação (Bonfim, 2009, p. 174).

Outra causa tão importante quanto a trajetória dos profissionais são suas crenças, seus tabus, seus dogmas e todo um conjunto de sistemas e princípios de

caráter historicamente conservador, que impede não apenas a incorporação de tópicos “polêmicos” em sala de aula, mas, antes disso, a não inserção dessas matérias nas políticas dos cursos, o que se pode constatar nessa pesquisa, facilitando, assim, o silenciamento⁶.

Por mais progressistas que certos professores se mostrem, quando se trata de um universo supostamente “privado”, menosprezado enquanto ciência, o que se sobressai são “mandamentos”, ditos populares, omissões, opressões e repressões, que constituem as formas tradicionais do exercício da educação sexual no Brasil. Quando muito, chega-se ao limite de um modelo normativo-parenético, apontando a biologia como o campo “adequado” das “questões sexuais”. Essa linguagem

Apropria-se de fragmentos do discurso médico, notadamente para produzir uma grade de consequências patológicas amedrontadoras, afirmando que a devassidão sexual levaria a uma séria degradação patológica consubstanciadas nas chamadas *doenças venéreas*. Este primeiro modelo de educação sexual, centrado na descrição das funções da maternidade da mulher e na paternidade do homem, na defesa do casamento e na descrição de tipologias comportamentais pré-estabelecidas, centrado no medo e na inibição pela descrição de um corolário de doenças e possíveis consequências e sequelas médico-etiológicas encontra ainda defensores de uma extensão para a escola (Nunes; Silva, 2006, p. 13-14 [itálico dos autores]).

Somando-se a interpretação biológica e “genitalista”, os conflitos que permeiam os locais de fala, exercícios de poder, equidade de gênero, dentre outros, são equiparados ao senso comum, expressados como piadas, ordenamentos ou promiscuidades, permitindo a manutenção dos preconceitos recreativos, estruturais, individuais e institucionais.

⁶ O alarde sobre as temáticas de gênero, impulsionado pela “teologia antigênero”, cria um cenário global de medo e de preconceito, como revela Butler (2024, p. 10): “Na Rússia, tem sido chamado de ameaça à segurança nacional, ao passo que o Vaticano a declarou uma ameaça tanto à civilização quanto ao próprio ‘homem’. Em comunidades conservadoras evangélicas e católicas ao redor do mundo, ‘gênero’ é considerado o código para uma pauta política que busca não apenas destruir a família tradicional mas também proibir qualquer referência à ‘mãe’ e ao ‘pai’, em prol de um futuro sem gênero. Em contraposição a isso, nas recentes campanhas estadunidenses para manter o ‘gênero’ longe da sala de aula, o termo é tratado como um código para a pedofilia ou para uma forma de doutrinação que ensina criancinhas a se masturbarem ou se tornarem gays. O mesmo argumento foi apresentado no Brasil de Bolsonaro, sob a alegação de que o gênero põe em dúvida o caráter natural e normativo da heterossexualidade, e que, uma vez que a ordem heterossexual deixar de ser sólida, uma enxurrada de perversidades sexuais, incluindo zoofilia e pedofilia, tomará a face da terra”.

Internalizar os conceitos dessa pesquisa é se instrumentalizar contra as narrativas hegemônicas, que tendem a distinguir as classes entre as dominantes e mais importantes das marginalizadas e menos importantes. Profissionais da educação, que acumulam anos de experiência desde a formação inicial, devem entender e auxiliar na desconstrução da engrenagem que aliena os sujeitos na sociedade.

O ensino precisa desmistificar os mecanismos de dominação que impelem os cidadãos a não reconhecerem a sua sexualidade, deixando de vivenciar aquilo que “perpassa tudo o que nos dá prazer e nos motiva a viver” (Bonfim, 2012, p.27). A juventude, dentro de uma instituição de ensino, precisa ter acesso a um conhecimento transformador, para compreender a realidade em que está inserido.

As interpretações equivocadas sobre gênero, sexualidade e interseccionalidade são utilizadas como sistematização da binaridade por meio de adágios conhecidos, como os famigerados “coisa de menina” ou “coisa de menino”; produzindo uma espécie de domesticação como “dispositivo de sexualidade”, para a disciplinarização de corpos, limitação de discursos e manipulação de poder (Bonfim, 2009).

É preciso, analiticamente, reconhecer as intenções do debate que se pretende realizar. Nos cursos de pedagogia, de forma geral, e nos do IFPR, definitivamente, não existem componentes específicos sobre esses temas, necessitando-se com urgência da implementação daquilo que se nomeia atualmente como “Educação em Sexualidade”. Foucault (1984) entende que:

Falar da “sexualidade” como uma experiência historicamente singular suporia, também, que se pudesse dispor de instrumentos susceptíveis de analisar, em seu próprio caráter e em suas correlações, os três eixos que a constituem: a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos desta sexualidade [...] (Foucault, 1984, p. 11).

A fixação desses três eixos que atravessam todos os componentes não se realizará com descrições biológicas/fisiológicas ou recomendações afetivas no

modelo de “aconselhamento amoroso”⁷. Além da inserção curricular o educador precisa, imperativamente, reconstituir sua própria compreensão sobre sexualidade, tendo em mente a necessidade do trato científico e pedagógico típico da formação de professores.

No IFPR, os Núcleos de Gênero, Diversidade Sexual e Interseccionalidades (NUGEDIS) e os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) são os responsáveis por suprir as defasagens dos temas que os nomeiam, entretanto, requer-se pensar quais são os estudantes do ensino superior que tem a disponibilidade de horário para participar desses debates. As portarias, por sua vez, necessitam se organizar para contemplar a todos.

Os NUGEDIS têm como natureza o “[...] assessoramento, acompanhamento e proposição de ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional, com foco nas temáticas das relações de gênero, diversidade sexual e suas interseccionalidades” (CONSUP/IFPR, 2025, *Online*). Mais que isso,

Art. 4º O Nugedis atua como espaço de promoção de uma educação para a convivência ética e democrática, contribuindo com a construção da equidade de gênero, com o respeito à diversidade sexual, e com a prevenção e o enfrentamento às violências e a todas as formas de discriminação.

Art. 5º Considera-se como temáticas prioritárias do Nugedis questões relativas as: mulheres, pessoas intersexuais, não binárias, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros, e demais grupos historicamente oprimidos e explorados em virtude do sexo, da orientação sexual, das relações de gênero e/ou corpo, sobretudo, na intersecção com etnias, raça, classe, religiosidade, territorialidade, idade, deficiência, dentre outras (CONSUP/IFPR, 2025, *Online*).

Os Núcleos de Gênero, Diversidade Sexual e Interseccionalidades (NUGEDIS), criados em junho do corrente ano, associam-se as causas debatidas e exploradas há quase uma década pelos NEABI que

[...] têm como finalidade atuar na consolidação das diretrizes e ações de Ensino, Pesquisa e Extensão voltadas para a educação das relações étnico-raciais, contribuindo para a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e à discriminação étnico-racial, implementação e cumprimento das Leis n.9394/96, n.10.639/03 e

⁷ Pode-se localizar a essência dessa perspectiva no modelo *terapêutico-descompressivo* enunciado por Nunes e Silva (2006, p. 15-16).

n.11.645/08, nos respectivos **campi** do IFPR, em todos os níveis de ensino (CONSUP/IFPR, 2018, *Online*).

Os núcleos têm consideráveis potencialidades dentro da instituição, quando mantêm vínculos com os estudantes e com as suas demandas ou quando produzem meios de comunicação e de denúncias diversos, como imagens representativas, descrições críticas, músicas, ou simplesmente utilizam as paredes, o chão, os murais, dentre outros espaços físicos, para demonstrar a urgência das intervenções.

O acesso às mídias, que exhibe inúmeras informações o tempo todo, sem um filtro, amplia e cristaliza as formas de preconceitos tradicionais, sobretudo, a misoginia, o racismo e a homofobia. Na falta desses conteúdos e com os escassos debates em sala de aula, as redes sociais serão a referência aos estudantes. Compreende-se, então, que essa ausência na formação sobrecarrega os núcleos.

A emergência que precisa ser refletida no currículo, por intermédio da inserção de uma disciplina para o debate de gênero, de sexualidade e de interseccionalidade, com conceitualização, práticas pedagógicas, leituras, atividades, dinâmicas e referências clássicas que mobilizem os futuros professores, não somente os que estão na graduação de Pedagogia, mas, os que têm interesse no tema e não encontram formações continuadas.

O IFPR, que representa “a sua cara”⁸, deve promover a preparação dos estudantes respeitando a diversidade ingressa e que precisa ser apreciada nas políticas da organização, oportunizando o acesso, a permanência e o bem-estar de todos. Sexualidade, gênero e interseccionalidade atravessam os sujeitos, são temas determinantes a vida profissional e pessoal de estudantes, professores e toda a comunidade.

Não se pode mais aceitar o silenciamento do gênero, da sexualidade e da interseccionalidade, hoje, como um corriqueiro fruto da ignorância, do descuido ou da incapacidade, mas, como uma expressão da violência, do ódio e do descaso com as causas mais graves da sociedade brasileira, brutalidades que não se resolvem com flores no dia da mulher, com uma semana da consciência negra ou com o

⁸ Essa é uma parte do atual slogan do IFPR que consiste em: “é federal, é de graça, é a sua cara” (IFPR, 2025, *Online*).

hasteamento da bandeira LGBTQIAPN+⁹, mas com o estudo aprofundado, com o respeito ao direito do local de fala, com a coragem da denúncia e com a possível justiça.

Considerações Finais

Conclui-se, no epílogo, que o currículo tradicional de Pedagogia dos IFPR, no limite de seu ementário, não é capaz de suprir as tematizações que envolvem a diversidade sexual, o gênero, as etnias e outras especificidades que não somente abrangem, mas, determinam o sucesso da trajetória estudantil. A insuficiente abordagem, portanto, não é preocupante apenas do ponto de vista pedagógico, mas, acima de tudo, do humano.

Ao se retomar a questão da pesquisa, se “as licenciaturas de pedagogia dos IFPR priorizam as tematizações de gênero, de sexualidade e de interseccionalidade em suas ementas?”, entende-se que a formação de professores dessa instituição privilegia discussões tradicionais, com conteúdos convencionais, o que se distancia de uma preparação integral, para além da técnica.

Admite-se que as proposições existentes, tanto nos componentes de educação e diversidade, quanto nos de direitos humanos ou de psicologia, não abordam satisfatoriamente a pluralidade, interpretando-as como elementos isolados nas existências dos sujeitos, o que impossibilita a apreensão de suas inter-relações à totalidade que sobrepõem todas as categorias.

A alternativa de inserir matérias no currículo de Pedagogia não deve ser pensada em termos de burocratizar ou formalizar os temas, afinal, a transversalidade que os compõem não os limitaria a uma única ementa, por mais específica que fosse. A aspiração deve ser a absorção integral das discussões dentro de todo o curso, considerando que todos os sujeitos, estudantes e servidores, são atravessados pelos marcadores.

Com a defasagem formativa, os Núcleos são vistos como alternativas, mas precisam contribuir significativamente na formação complementar dos pedagogos,

⁹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais (ou Aromânticos/Agêneros), Pansexuais, Não-binários e +.

além de subsidiarem a formação continuada de profissionais que estão em sala de aula, evitando a marginalização dos temas, tal qual a posição hegemônica que os direciona para uma discussão rasa e de controle da sexualidade.

Há de se destacar, por último, que apesar das lacunas, as iniciativas institucionais no IF são ampliadas regularmente desde a sua criação, no ano de 2008, o que indica um futuro promissor para as licenciaturas, para os cursos profissionalizantes, aos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), e para as inúmeras ações que diariamente são produzidas e aprimoradas ao longo da história dessa instituição que hoje se evidencia como uma das mais inclusivas do Brasil.

Referências

ARROYO, Miguel González. **Indagações sobre currículo**: educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. **Desnudando a educação sexual**. Campinas: Papirus, 2012.

BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. **Educação sexual e formação de professores de ciências**: contradições, limites e possibilidades. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 24/2015 – CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2025.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSUP/IFPR. **Resolução nº 240, de 12 de junho de 2025**. Institui e regulamenta o Núcleo de Gênero, Diversidade Sexual e Interseccionalidades – Nuggedis, no âmbito do IFPR. Disponível em:

<https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=3795910&id_orgao_publicacao=0>. Acesso em: 28 nov. 2025.

CONSUP/IFPR. **Resolução nº 71, de 20 de dezembro de 2018**. Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabi, no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/goioere/wp-content/uploads/sites/13/2022/06/SEI_IFPR-0139417-Resolucao-NEABI.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2025.

CONSUP/IFPR. **Resolução nº 55, de 21 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR. Disponível em: <<https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/04/Res.-55.11.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2025.

FOUCAULT, Paul-Michel. **História da Sexualidade II**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes (Orgs.). **Gênero diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. João Pessoa, PE, Ed. UFPB, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IFPR. **Site oficial**. Disponível em: <<https://ifpr.edu.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2025.

IFPR-Instituto Federal do Paraná. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Campus Pitanga, 2022. Disponível em: [PPC-Pedagogia-novo-2022.pdf](#). Acesso em: 10 nov. 2025.

IFPR-Instituto Federal do Paraná. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Campus Colombo, 2024. Disponível em: [PEDAGOGIA COLOMBO Modelo PPC Graduacao IFPR.docx](#). Acesso em: 10 nov. 2025.

IFPR-Instituto Federal do Paraná-. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Campus Curitiba, 2023. Disponível em: [PPC-PEDAGOGIA-AJUSTE-APS.pdf](#) Acesso em: 10 nov. 2025.

IFPR-Instituto Federal do Paraná. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Campus Palmas, 2022. Disponível em: [Projeto Pedagógico do Curso – Campus Palmas](#). Acesso em: 10 nov. 2025.

IFPR-Instituto Federal do Paraná. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Campus Astorga, . Disponível em: ifpr.edu.br/astorga/wp-content/uploads/sites/4/2024/09/PPC-Licenciatura-em-Pedagogia-Astorga.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Salete (Orgs.). **Construindo a igualdade na diversidade**: gênero e sexualidade na escola. Curitiba: Ed. da UTFPR, 2009.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 72)

PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. Tradução para a língua portuguesa sob a direção de J. Guinsburg C Maria Lúcia Pereira. 3. ed - São Paulo: Perspectiva. 2008.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

Nota sobre os autores

Luana Mayer Karolus - Graduanda do curso de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná, Campus Pitanga. Atualmente é bolsista de iniciação científica no projeto “Novo Ensino Médio: retratos de escolas estaduais localizadas em Pitanga-PR”, financiado integralmente pela fundação Araucária.

André de Souza Santos - Doutor em Educação, na linha de História e Historiografia da Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atualmente é Professor Adjunto no Instituto Federal do Paraná, Campus Pitanga, onde exerce a função de professor e coordenador do curso de Pedagogia. É membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e está organizando os trabalhos iniciais do Núcleo de Gênero, Diversidade Sexual e Interseccionalidades (NUGEDIS).